



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICENCIAMENTO

Comissão de Análise Integradas de Projetos de Edificação e de Parcelamento Do solo

Rua São Bento, 405, - Bairro Centro - São Paulo/SP - CEP 01011-100

Telefone:

Informação SEL/ASSEC/CAIEPS Nº 036980871

80ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ANÁLISE INTEGRADA DE PROJETOS DE EDIFICAÇÕES E DE PARCELAMENTO DO SOLO – CAIEPS

2019-0.034.291-6

Interessado: TF 57 Empreendimento Imobiliário Ltda.

Local: Rua Vergueiro, 5.002.

Contribuinte: 042.181.0012-8

Assunto: Alvará de Aprovação e Execução de Edificação Nova

Histórico: Emissão de parecer, nos termos do inciso I do Art. 84 da Lei nº 15.764/13 e do inciso I do Art. 19 do Decreto nº 58.028/17, alterado pelo Decreto nº 58.130/18, protocolado em 31/05/2019, na vigência das Leis nº 16.050/2014, 16.402/2016 e 16.642/2017, destinado a conjunto residencial, comércio especializado e serviços de armazenamento e guarda de bens móveis, subcategorias de uso R2v-4, nR2-2 e nR2-12, Polo Gerador de Tráfego – PGT, em EETU, pela Lei nº 16.050/2014, e em ZEU / PA 4, pela Lei nº 16.402/2016, na Subprefeitura Vila Mariana.

PRONUNCIAMENTO/015/CAIEPS/2020

A CAIEPS, em sua 80ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de dezembro de 2020, nos termos das atribuições dadas pelo inciso I do Art. 84 da Lei nº 15.764, de 27 de maio de 2013, e pelo inciso I do Art. 19 do Decreto nº 58.028, de 11 de dezembro de 2017, alterado pelo Decreto nº 58.130, de 09 de março de 2018, após debates e análise do empreendimento apresentado às fls. 295 a 308, entendeu, por maioria de votos, pelo prosseguimento da análise. Sem prejuízo da conformidade do projeto às demais disposições das normas de edificação, uso e ocupação do solo do Município de São Paulo, recomendou ainda observar as seguintes condições:

1. Previsão de vestiário para usuários de bicicleta, exigido para as subcategorias de uso nR2-2 e nR2-12, de acordo com o Quadro 4A, anexo à Lei nº 16.402/2016;

2. Atendimento na íntegra às disposições contidas no artigo 112 da Lei nº 16.050/2014, regulamentado pelo Decreto nº 56.538/2015;
3. Atendimento na íntegra às disposições contidas nos artigos 70 e 88 da Lei nº 16.402/2016, quanto à área de fruição pública;
4. Atendimento na íntegra às disposições contidas nos artigos 62 e 71 da Lei nº 16.402/2016, quanto às áreas de fachada ativa;
5. Atendimento na íntegra das disposições da Certidão de Diretrizes SMT 030/2020, ou apresentação de nova/retificada Certidão de Diretrizes, compatível com o projeto ora apresentado para análise;
6. Compatibilização do projeto ora apresentado com o Projeto de Compensação Ambiental – PCA vinculado ao Parecer Técnico Ambiental nº 19/CLA/DCRA/GTMAPP/2020, e apresentação do respectivo Termo de Compromisso Ambiental;
7. Atendimento na íntegra ao disposto na Notificação nº 303, Ref. ao Protocolo COMAER nº 67617.901250/2018-29;
8. Atendimento aos parâmetros de incomodidade do Quadro 4B, anexo à Lei nº 16.402/2016;
9. Atendimento às demais disposições legais pertinentes, em especial às Leis nº 16.050/2014, 16.402/2016 e 16.642/2017.

A CAIEPS entendeu ainda que, caso pretendida a manutenção do grupo de atividades “*estacionamento com mais de 40 e até 200 vagas de automóvel*”, deverão ser contabilizadas as respectivas vagas inerentes à caracterização da atividade no quadro de vagas do projeto, e que, após a adequação do projeto, na hipótese de haver mais de 600 vagas de estacionamento, este deverá ser encaminhado a SMDU.CTLU para exame e deliberação, nos termos do artigo 157 da Lei nº 16.402/2016, com base no disposto na Informação SMDU/DEUSO/DNUS Nº 035171779 (fls. 255/261) e na Informação SMDU/AJ Nº 035953036 (fls. 264/267).

PEDRO JOSÉ BOTANI
Presidente Suplente da CAIEPS
Portaria SGM 70/2019

VOTARAM: Pedro José Botani, Eliana Gonçalves da Luz, Ricardo Vaz Guimarães de Rosis, Eliene Suzana Veiga de Lima, Juliano Ribeiro Formigoni e Susete Aparecida Taborda.

ABSTENÇÃO: Gabriela Defilippi Audra e Luciana Yanagimori Ueta.

PRESENTES AINDA: Damaris Valeska Leandro, Fernanda Csórdas, Gabriel Cavinato da Ponte, Marília Fernandes, Rosana Friess Zaragoza Arcas e Thays Santos Hamad.



Documento assinado eletronicamente por **Pedro José Botani, Assessor(a) Técnico(a) II**, em 28/12/2020, às 17:49, conforme art. 49 da Lei Municipal 14.141/2006 e art. 8º, inciso I do Decreto 55.838/2015



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://processos.prefeitura.sp.gov.br>, informando o código verificador **036980871** e o código CRC **9CD00872**.